

**Circular nº 31/2014***25 de Julho de 2014***Assunto: Alerta sobre modificações nos contratos com entidades gestoras de REEE****Decreto-Lei n.º 67/2014**

Caros Associados,

A recente legislação relativa à gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE) – Decreto-Lei n.º 67/2014 - introduz algumas alterações nas relações contratuais com as Entidades gestoras de REEE, que importa ter em conta.

Este novo Diploma começa por introduzir uma possibilidade interessante, que poderá proporcionar vantagens financeiras para as empresas, e que queremos aqui sublinhar:

”Os produtores podem transferir para uma ou várias entidades gestoras de um sistema colectivo a responsabilidade pela gestão REEE de uma determinada categoria ou Categorias...” (Artigo 22.º, n.º 2).

Muito claramente, diz-nos este artigo que as empresas não necessitam de trabalhar com uma única entidade gestora para a gestão de todos os seus REEE. Se, por exemplo, uma empresa produz equipamentos nas categorias 1 e 5, e a Entidade Gestora “A” oferece melhores ecovalores e condições na categoria 1, mas piores na categoria 5, que a entidade Gestora “B”, a empresa deve aproveitar as condições mais vantajosas de ambas celebrando contrato com as duas entidades e passando para cada uma a responsabilidade nas categorias onde são mais competitivas. Da exploração desta possibilidade podem resultar reduções de custo consideráveis para as empresas. Mas há mais a explorar.



Na legislação anterior, a duração do contrato entre uma empresa e uma entidade gestora era fixada num período mínimo de cinco anos. No novo Diploma, os contratos passam a ter a possibilidade de rescisão anual (Artigo 22º, n.º 4, alínea f)).

Embora no passado não tenhamos assistido a uma grande competitividade na oferta comercial das duas entidades gestoras a actuar no nosso mercado – a que não é estranho o imobilismo que um contrato de cinco anos lhes garante –, a possibilidade de rescisões anuais agora introduzida deve resultar em melhores condições para as empresas e, porque não, em melhores ofertas, inclusivamente de novas entidades gestoras, quebrado que vai ficar o estado de quase cristalização em que o mercado se encontra.

**Recomendamos por isso que as empresas não se deixem amarrar a contratos de cinco anos com as entidades gestoras de REEE, mesmo nas renovações de contratos existentes, devendo passar a exigir em todos os novos contratos e renovações a possibilidade de rescisão anual do contrato, agora introduzida pela lei.**

Com os melhores cumprimentos,

A Direcção da APIRAC